

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

**Paula Kallyne de Oliveira Soares Carneiro**

**A APROXIMAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO  
SOCIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO A PARTIR DA  
REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**

Campina Grande/PB  
2012

**Paula Kallyne de Oliveira Soares Carneiro**

**A APROXIMAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO A PARTIR DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba como pré-requisito para obtenção do título de bacharela Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz

Campina Grande/PB  
2012

C289a Carneiro, Paula Kallyne de Oliveira Soares.

A aproximação entre os movimentos sociais e o serviço social brasileiro: um estudo bibliográfico a partir da Revista Serviço Social e Sociedade./ Paula Kallyne de Oliveira Soares Carneiro. – 2012.

30f.; il

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz, Departamento de Serviço Social”.

1. Movimentos Sociais. 2. Serviço social 3. Mobilização I. Título.

21. ed. CDD 361.24

Paula Kallyne de Oliveira Soares Carneiro

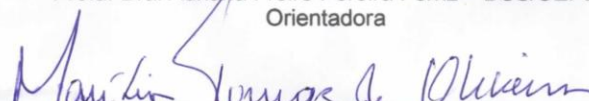
**A APROXIMAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO A PARTIR DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**

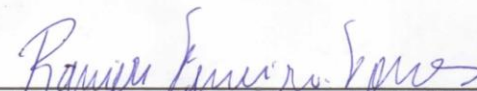
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba como pré-requisito para obtenção do título de bacharela Serviço Social.

Data: 13/12/12  
Nota: 9,5

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Ferriz – DSS/UEPB  
Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Marília Tomaz de Oliveira – DSS/UEPB  
Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Ranieri Ferreira Torres – DFCS/UEPB  
Examinador

Campina Grande, 13 de dezembro de 2012

## **A APROXIMAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO A PARTIR DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**

**Resumo:** O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta os resultados da pesquisa bibliográfica que teve como objetivo analisar a aproximação do Serviço Social com os Movimentos Sociais por meio de artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, perpassando o histórico dos movimentos sociais na sociedade brasileira, assim como identificar a contribuição dos movimentos sociais para a prática do assistente social. Historicamente, as principais conquistas sociais dependeram da organização e mobilização da sociedade civil. Retomar a trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil é imprescindível para compreender a sua relevância no processo democrático. Utilizou-se a pesquisa documental com edições das revistas de Serviço Social e Sociedade que corresponde um total de 112 exemplares. Assim sendo, foram identificados trinta e três artigos que trazem a discussão dos movimentos sociais – o que compôs o nosso universo de pesquisa. Desse universo, foi definida uma amostra aleatória de seis artigos, como resultados pode-se observar que dos 6 artigos apenas 1 trouxe a aproximação direta com o serviço social, mostrando assim dessa forma a fragilidade dos movimentos sociais na atualidade, mas não desmerecendo a importância histórica dos mesmo para a prática do assistente social.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais. Serviço social. Mobilização.

**Abstract:** This Labor Completion of course presents the results of literature that aimed to analyze the approach of Social Service with Social Movements through articles published in Social Work and Society, spanning the history of social movements in Brazilian society, so how to identify the contribution of social movements to practice social worker. Historically, major social gains depended on the organization and mobilization of civil society. Resume historical trajectory of social movements in Brazil is essential to understand its relevance to the democratic process. Was used with documentary research journal editions of Social Work and Society which is a total of 112 copies. Thus, we identified thirty-one articles that bring the discussion of social movements - which composed our research universe. This universe, we defined a random sample of six articles, as results can be noted that only 1 of 6 articles brought direct approach to social service, showing thus the fragility of social movements today, but not downgrading the importance History of the practice even for aa social worker.

**Key Words:** Social movements. Social Worker. Approach.

## 1 INTRODUÇÃO

A história dos movimentos sociais perpassa uma história de luta e de grandes conquistas. No Brasil o movimento social tem como base a ação de trabalhadores ligados ao movimento operário e ao novo Sindicalismo Urbano. Deve-se atentar para o fato de extrema importância que é a organização política do Assistente Social que está intrinsecamente ligada aos Movimentos Sociais, pois, o caráter estratégico do movimento social é indispensável para o fortalecimento desta profissão que tem na intervenção na linha dos direitos seu maior instrumento de trabalho.

O referido trabalho tem como objetivo analisar a aproximação do Serviço Social com os Movimentos Sociais por meio de artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, perpassando o histórico dos movimentos sociais na sociedade brasileira. Além disso, procuramos identificar a contribuição dos movimentos sociais para a prática do assistente social.

O primeiro passo da coleta de dados foi a catalogação das revistas serviço social e sociedades publicadas até o momento o que corresponde a um total de 112 exemplares. Em seguida foi possível identificar, desse total, quantos exemplares traziam a discussão explícita ou implícita dos movimentos sociais e o resultado desse processo revelou que em vinte edições do referido periódico fora abordada a questão dos movimentos sociais.

Sendo assim, do universo de trinta e três produções definimos uma mostra de seis artigos para que pudessem ser analisados com maior rigor. Essa etapa do trabalho de campo se fez possível pelo uso de uma ficha de trabalho que facilitou a identificação as informações referentes aos objetivos da pesquisa.

A metodologia da pesquisa e do tipo documental que segundo Oliveira (2007, apud SÁ-SILVA, 2009) “a [pesquisa] documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”. Os documentos precisam ser considerados cientificamente autênticos, pois nosso projeto se

propõe a analisar a quantidade de artigos que abordam a questão dos movimentos sociais.

Para tanto, o tratamento e categorização dos dados da pesquisa foram realizados por meio da análise de conteúdo que nos possibilitou a definição de eixos temáticos no intuito de facilitar a análise dos resultados.

Analisar a atual configuração dos movimentos sociais e a sua contribuição na prática profissional do serviço social se apresenta como algo relevante, pois, a relação Serviço Social e Movimento Social servirá para o fortalecimento da luta pela efetivação dos direitos e de uma compreensão maior da luta popular, pois é nas organizações de massa que se encontram os verdadeiros protagonistas da luta emancipadora.

O interesse pelo tema em questão se deu a partir das aulas na disciplina de classes e movimentos sociais, que só reafirmam o quanto é fundamental conhecermos essa relação que o serviço social, historicamente, teve e tem com os movimentos sociais, e como influencia na sustentação de uma prática mais crítica embasado no arcabouço da teoria crítica.

## **2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: HISTÓRIA E CONCEITO**

De acordo com a história e os preceitos de Karl Marx e Friedrich Engels, (2012) a origem da humanidade está fundamentada tão somente na luta de classes. Tal luta se deu no decorrer dessa linha do tempo, em que os burgueses oprimiam os proletariados. Quando surgiu a ideia de propriedade privada e dos meios de produção, a sociedade começou a ser desmembrada em classes, Dessa forma, o capitalismo está ligado diretamente com as classes sociais. As lutas de classes se apresentam de forma cada vez mais atual, o que pode ser observado com o fenômeno dos movimentos sociais que nas últimas décadas estiveram presentes em acontecimentos históricos de relevância, principalmente, no âmbito das conquistas sociais.

Na verdade, apesar da retração que os movimentos sociais sofreram nos últimos tempos, ainda consistem num mecanismo que os cidadãos utilizam

para reivindicar e ter reconhecidos seus interesses e anseios coletivos. Avritzer (1994, p. 189 -190) afirma que

Os movimentos sociais constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido.

Nesse sentido, os movimentos sociais não constituem um simples objeto social e sim uma lente por intermédio da qual os problemas mais gerais da sociedade, ou seja, as expressões da questão social podem ser pautados e colocados na agenda das lutas sociais.

## 2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Conforme expõe Ammann (1991), podemos configurar como um Movimento Social toda ação coletiva de caráter contestador, no nível das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade.

Nesse sentido, Ammann (1991) apresenta um esquema de caracterização dos movimentos sociais a partir de seis elementos. O primeiro elemento é que todo movimento social é uma ação de caráter contestador, forma de protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade.

O segundo elemento apontado é que todos os movimentos sociais refletem problemas inerentes ao modo de produção, mas em sua essência, as contestações não se destinam a pessoas ou instituição, é contra os desdobramentos das relações sociais que os movimentos sociais protestam.

A terceira característica apontada pela autora é que todo movimento social tem seus protagonistas do protesto, que pode estar representado por uma classe social, por uma etnia, uma raça, uma região, uma religião, um partido político e outras categorias.



Ammann (1991) aponta como quarta característica, que nem todo movimento social tem caráter de classe, são aqueles movimentos que reúnem frações da classe dominante ou da classe dominada, passando sua luta pela questão de classe no seio da sociedade (movimento de caráter de classe) de classe.

O quinto atributo é que nem todo movimento social é uma luta pelo poder, representa a ação da classe pela direção da historicidade, o protesto contra os modos de produção e formas de poder no seio da sociedade, conforme coloca Ammann (1991) os movimentos inspirados no Anarquismo não lutam pelo poder, ao contrário, luta contra eles.

A referida autora ainda coloca a questão da transformação no seio da sociedade, que deve estar atrelada a um somatório de forças das mais diversas frações e classes e de grupos sociais.

Maria da Glória Gohn (2003) é outra autora de referência no tocante a análise dos movimentos sociais no Brasil, que traz uma conceituação do que venha a ser os movimentos sociais na atualidade. Segundo ela,

Os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio de solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2003, p. 80).

Pelo que foi colocado percebemos o grau de importância que os movimentos sociais assumem no tocante o caráter de transformação, por isso se faz necessário fazer uma contextualização dos mesmos.

Na primeira República as lutas sociais urbanas se acirraram no país, devido ao processo de urbanização propiciado pela economia do café, foi uma época de organização da classe trabalhadora, no qual as ideias anarquistas irão se alastrar, eles combatiam o Estado, a Igreja e toda forma de organização burocratizada. O Estado brasileiro tratará, nesse momento, a questão social

como questão de polícia. Pode-se observar também a emergência das camadas médias enquanto atores básicos no cenário das lutas e manifestações nacionais.

Em relação ao ano de 1930, conhecido como a segunda fase dos movimentos sociais, os historiadores afirmam que se configura como uma nova etapa na história do país. De acordo com Gohn (2003, p. 48)

As classes populares começam a emergir como atores históricos sob novos primas. Paulatinamente vão deixando de ser apenas casos de polícia e se transformando em cidadãos com alguns direitos, como os trabalhistas. Ainda que tenham ocorrido mais no papel, essas mudanças são marcos históricos significativos.

Apesar de essas mudanças terem ocorrido basicamente no papel, configuram-se como um importante passo na etapa de lutas da classe trabalhadora.

Na terceira fase corresponde a fase que ficou conhecida como populista ou nacional-desenvolvimentista por ter sido uma fase de extrema participação social decorrente da conjuntura (processo de redemocratização instaurado no país após 1945)

O povo irrompe na cena brasileira pela primeira vez com algum poder de pressão. Os grandes centros passam a exigir novas políticas de controle social, tendo em vista que as velhas táticas coronelistas, de forte controle a nível local, tornaram-se difíceis de ser mantidas nos grandes centros urbanos (GOHN, 2003, p. 91).

Esse período pode ser identificado como um dos mais ricos da história do país no que diz respeito aos movimentos sociais. Destacaram-se nessa época a greve dos operários e setores do aparelho estatal.

A partir da década de 60 do século XX, porém, vamos ter um fortalecimento e desdobramento dos movimentos sociais existentes, em vários segmentos como: movimento estudantil, feminista, dos negros, homossexual, etc, que reivindicavam os mais diferentes propósitos. Vale salientar que, este sentido é dado por Boudon (1995, p. 286), uma pertinente observação, a saber: “um movimento social não está necessariamente voltado para a inovação;

muito pelo contrário, pode acontecer que alguns desses movimentos sejam orientados no sentido de um restabelecimento”.

Um dos movimentos mais significativos dessa época foi, sem dúvida, o Movimento Estudantil, pois, abarcava tanto os estudantes quanto a sociedade brasileira, que residia em uma conjuntura de repressão e perseguição provenientes da ditadura militar.

Como salienta Gohn (2003), o movimento estudantil ganhou importância por ser, naquele momento, um espaço físico e político-social privilegiado de lutas. Na conjuntura nacional e internacional, os estudantes emergiam como novo ator histórico das lutas sociais em aliança com o operário e o camponês. Pela primeira vez no país, a categoria dos estudantes se rebelou.

A partir do final dos anos 1970, o movimento sindical, e, mais do que nunca, as organizações estudantis ganharam força. As greves dos metalúrgicos paralisaram as indústrias de São Paulo, logo acompanhadas por greves dos bancários. A crise do “milagre econômico” foi o estopim desses movimentos, a luta contra a carestia balançou os alicerces da ditadura militar brasileira. Paralelamente, surgiram grupos ligados a questões específicas: mulheres, povos indígenas, negros e homossexuais (PINSKY, 2003).

É na década de 1980 que os movimentos sociais irão se intensificar, e, conseqüentemente, incluir parcelas mais amplas da sociedade. Os anos 1980 foram marcados por uma intensa participação popular. Foi nessa década que se deu a retomada das grandes manifestações de massa. Multidões ganharam as ruas após muitos anos de silêncio, anos de repressão aos movimentos sociais, advindos da ditadura militar. No início da década eclodiram muitas greves pelo país, porém a que marcou o cenário e influenciou outras pelo Brasil afora seria a greve dos trabalhadores do ABC paulista, mais precisamente em São Bernardo do Campo realizada pelos trabalhadores das montadoras de automóveis daquela região.

Esse período no Brasil marca, assim, a retomada da organização dos movimentos sociais que cumpriram um papel central na denúncia que revelava o caráter centralizador e autoritário das instituições brasileiras.

Nessa ótica a afirmação dos movimentos sociais perpassa a importância de se garantir a universalização dos direitos na retomada do

princípio que todos os homens e mulheres precisam ter acesso e oportunidades equivalentes para o ingresso nos diversos territórios sociais.

Nessa ótica, Aranches (2003, p. 11) assinala que

A universalização dos direitos surge com um passo importante na transformação das relações sociais, políticas e culturais, anteriormente instituídas, partindo para um importante caminho que leva à publicização do Estado e à construção de uma nova relação política entre este e a sociedade civil.

A década de 1980 foi impulsionada pelos anseios de redemocratização do país, pelo poder de participação popular, pelo desejo de construir uma nova sociedade a partir de interesses imediatos dos indivíduos e dos grupos. Inaugurou-se um novo tempo para a questão da cidadania, o momento político nacional favoreceu a eclosão de novos questionamentos e lutas em favor dos direitos.

Dessa forma, essa década foi muito rica do ponto de vista das experiências político-sociais, e culturais, mas foi considerada a década perdida em termos econômicos. Não podemos deixar de mencionar a luta das Diretas-já, a criação de entidades organizativas amplas do movimento popular e a promulgação da Nova Constituição.

De acordo com Gohn, (2003), a iniciativa popular, o plebiscito foram mecanismos de participação popular conquistados pelos cidadãos brasileiros, por meio dos movimentos e das pressões populares. Num país de tradição autoritária, eles significavam verdadeiros atos heróicos. Assim sendo, a década de 1980 foi fundamental para a compreensão da construção da cidadania dos pobres, em novos parâmetros.

### **Movimentos Sociais e ONGs**

Embora com o estatuto de cidadãos de segunda categoria, os pobres saíram do submundo e vieram à luz como cidadãos “dotados” de direitos. Pode-se mencionar, ainda, sobre esse período mudanças como: o surgimento das grandes centrais sindicais, o surgimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais como também a expansão das Organizações Não-

governamentais (ONGs) um fenômeno que se alastrou na década de 1990 de uma maneira quase substituta dos movimentos sociais.

No que tange aos movimentos sociais, na década de 1990, há uma redefinição no cenário das lutas, como, por exemplo, a crise dos movimentos populares urbanos, crise essa proveniente de uma redefinição dos conflitos sociais entre a sociedade política e a sociedade civil.

Nos anos 90 a agenda política das elites dirigentes se modifica em função de problemas internos e das alterações que a globalização e as novas políticas sociais internacionais passam a impor ao mundo capitalista. Nesta nova agenda só há lugar para a participação e para os processos de descentralização construídos no interior da sociedade política, por iniciativas dos dirigentes, segundo critérios estabelecidos pelo poder público, no qual a base de estruturação dos colegiados deixa de ser o critério de representatividade institucional (GOHN, 2003, p. 31).

Houve um obscurecimento dos movimentos sociais, um enfraquecimento enquanto atores sociopolíticos, mas não seu desaparecimento. A militância política, a mobilização a participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à população entram em crise e surgem novos movimentos centrados mais em questões éticas e de revalorização da vida humana.

A reorganização aconteceu no fortalecimento de outros atores como as ONGs e outras entidades do Terceiro Setor<sup>1</sup>. Os movimentos populares passaram a ter outros aliados gerando uma nova dinâmica e com a necessidade de novas articulações e composições. A maioria dos movimentos, rurais e urbanos, passou a atuar em redes e a construir agendas anuais de congressos, fóruns e manifestações públicas.

Entretanto a consequência deste direcionamento foi a dificuldade das lideranças se articularem com a população necessitada de participar das reuniões e outras atividades dos movimentos e a perda dos objetivos reivindicatórios, agora transmutados em propositivos. A proposta não é lutar por direitos como moradia, saúde, educação, mas atuar em projetos direcionados a trabalhar com crianças, jovens, mulheres, mudando o eixo de

---

<sup>1</sup> Terceiro setor é uma terminologia sociológica que dá significado a todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil. De um modo mais simplificado o Terceiro Setor é o conjunto de entidades da sociedade civil com fins públicos e não-lucrativas.

atuação e a consciência crítica deu lugar à participação nos programas e projetos sociais. Como aponta Gohn (2005), o militante foi se transformando para ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais.

Outro fenômeno é bastante característico como a grande representatividade que as ONGs alcançaram na sociedade: o denominador comum seria sua razão social de fins não lucrativos.

Na maioria dos países da América Latina, as políticas de incremento da cooperação internacional ocorrem juntamente com os movimentos sociais; em especial, o sindical e os populares estavam bastante ativos ao final dos anos 70 e durante grande parte dos anos 80. No início dos anos 90, a mobilização se reduz e alguns movimentos se desmobilizam. Esse processo se dá concomitantemente ao crescimento das ONGs (GOHN, 2005, p. 57).

A generalização do termo ONGs é um fenômeno recente na história política brasileira, pois antes tínhamos entidades filantrópicas que não se intitulavam de “não-governamentais”, eram meramente entidades caritativas, que assinalavam seu próprio espaço de atuação. O termo no Brasil trata-se de um agrupamento de pessoas, organizado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, com o objetivo de lutar e/ou apoiar causas coletivas.

No que tange as ONGs cidadãs elas nasceram referidas ao campo das associações e dos movimentos sociais. Vale salientar o momento específico pelo qual o país passava que era o processo de participação da sociedade civil, que fora iniciado a partir da década de 1970, as demandas a partir de então foram incorporadas em organizações mais amplas. Vale salientar ainda que o crescimento das ONGs criou uma espécie de interlocução com a sociedade civil.

Como condição de existência necessária, as ONGs vêm redefinindo seu papel numa conjuntura de reorganização da sociedade civil. Dessa forma é que constroem seus discursos de autonomia face ao Estado, às Igrejas, aos movimentos populares, partidos e à Universidade. Desta rearticulação surgiu em 1990 a Associação Brasileira das ONGs (ABONG).

Ao longo de sua história, as ONGs cidadãos desenvolveram o papel de “assessoria” aos movimentos sociais, ou seja, comprometem-se com as causas dos movimentos, desenvolvem trabalhos com eles - prestam *assessoria*, mas não podem dirigi-los politicamente, nem mesmo podem se submeter às suas decisões.

Esta concepção deixa clara a distinção entre as ONGs e os movimentos sociais, no sentido de garantir sua especificidade e legitimação no conjunto da sociedade civil. As entidades representativas dos movimentos (sindicatos e associações de moradores, por exemplo) têm íntimo envolvimento político com decisões e questionamentos que levantam, ao passo que a bandeira característica das ONGs é a da autonomia com compromisso para com a sociedade civil organizada, ou seja, sendo agentes de capacitação política, não se comprometem com a organização das estratégias de atuação dos movimentos.

Como dito anteriormente, as ONGs não substituem politicamente, nem mesmo falam em nome dos movimentos sociais, mas sim incorporam a representação do social para a opinião pública através da mídia e institucionalmente em alguns espaços multilaterais, tais como fóruns e conselhos a nível estadual e nacional. Passam a ser vistas pelo governo e órgãos multilaterais como interlocutores privilegiados para a implementação de projetos e políticas públicas.

Por sua vez o conjunto dos movimentos sociais também reivindica sua autonomia, afirmando que o espaço de direção política não pode existir fora do movimento. Ao mesmo tempo em que precisa incentivar os espaços de formulação e maior acúmulo administrativo e de financiamento a possíveis projetos, dando origem a uma relação de amor e ódio com as ONGs.

Essas colocações fazem parte do imaginário que povoa as contradições de militantes que vieram, recentemente, a trabalhar em ONGs. Sua participação política se dá a partir da aprovação de projetos e do envolvimento que têm neles a partir de um salário. São tidos como agentes de cooperação, não mais companheiros de luta defendendo uma causa comum. Isso sem contar que o compromisso com os trabalhos que desenvolvem muitas vezes inibem a participação de militantes em seus movimentos, ou, o que é pior, os

vínculos institucionais mantidos pela ONGs implicam numa participação que restringe a individualidade.

## 2.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A ERA LULA

Quando o principal dirigente do PT (Partido dos Trabalhadores), Luis Inácio Lula da Silva, foi eleito presidente do Brasil, na sua quarta tentativa, gerou muita expectativa o tipo de relação que seu governo teria com os movimentos sociais. No entanto, já nos primeiros meses na presidência, Lula teve que ver manifestações de movimentos populares contra iniciativas de seu governo, estabelecendo-se a partir daí, em vários planos, relações difíceis e conflitivas entre os movimentos sociais e o governo.

Ao descontentamento com a nomeação de uma equipe econômica de corte claramente liberal – que não incluía praticamente nenhum economista do PT, nem de outros setores de esquerda, mas que provinha dos grupos liberais que haviam trabalhado em governos anteriores reforma tributária. E Lula chega à metade do seu mandato sem poder contar com o apoio ativo dos movimentos sociais, com alguns deles – mais radicais – se alinhando em oposição aberta ao governo, outros – como o Movimento dos Sem-terras (MST), com uma posição crítica, mas de diálogo, de “pau e prosa”, como definida por seu mais conhecido dirigente, João Pedro Stédile – e outros mais – como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) –, criticando a política econômica do governo, embora com um apoio – cada vez mais tímido – a Lula.

O divórcio entre o PT – seu governo, o de Lula – e os movimentos sociais foi um processo e não corresponde a um ato brusco, embora a chegada ao governo tenha acelerado tendências que iam se cristalizando ao longo dos anos anteriores. Em um primeiro momento de sua história o PT pretendeu ser o partido dos movimentos sociais, sua expressão no plano político.

O marco mais decisivo para a mudança de atitude dos movimentos sociais em relação ao governo Lula foi a proposta do governo de reforma da previdência social. A continuidade da política econômico-financeira do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) se combinava com políticas sociais



compensatórias, localizadas, emergenciais – aqui também conforme o receituário do Banco Mundial.

O programa “fome zero” e os que o sucederam não se orientavam pela afirmação de políticas centradas em direitos universais, mas se centravam em zonas e cidades consideradas de “extrema pobreza”. Não poderia haver melhor exemplo de política focalizada, que escolhe pontos determinados para concentrar ajuda econômica, mediante a utilização de cartões de identificação. Ao manter a política econômica neoliberal herdada do governo de FHC, Lula inviabiliza a prometida “prioridade do social”, responsável pela perda de apoio social do seu governo. A experiência de governo do PT e de Lula, que parecia apontar para a confluência entre governo popular, partido de esquerda e movimentos sociais, ao longo de dois anos, desemboca assim em um encontro fracassado.

Em relação ao governo Dilma, pode-se dizer que os principais movimentos sociais do país, entre eles, o Movimento dos Trabalhadores Sem-terras (MST), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a CUT, se dizem frustrados com o governo Dilma. As principais queixas são de perda de influência nas decisões do governo, política econômica contraditória e falta de reforma agrária. Os movimentos dizem que o governo Dilma tomou decisões contraditórias, beneficiando, muitas vezes, o empresariado e demorando para atender às suas reivindicações. Uma das decisões contraditórias do governo seria a de adotar medidas conservadoras como o arrocho fiscal para conter a inflação, no início de 2011, e depois, apoiar a queda dos juros do Banco Central em um momento que não era considerado propício pelo mercado (CARDOSO; LOPES, 2010).

As insatisfações vão desde o movimento estudantil, que viu o orçamento destinado à educação ser reduzido, até os movimentos do campo, que não viram muitos avanços em relação à reforma agrária, e os trabalhadores, que sofreram com a dificuldade de diálogo e debate com o governo, o que fez com que as greves se espalhassem pelo país.

Na opinião dos líderes dos movimentos sociais, o governo Dilma ainda não definiu exatamente que rumo seguir, por isso, a pressão desses grupos para o ano que começa tende a ser tão forte quanto a já exercida pelo capital.

### **3 MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL**

Para compreendermos como se deu essa aproximação da profissão do Serviço Social junto à classe trabalhadora, como uma tendência da prática profissional, devemos levar em consideração dois aspectos que são para Cardoso e Lopes (2010) de grande relevância.

O primeiro diz respeito aos fundamentos histórico-políticos dessa tendência na construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social<sup>2</sup> que vincula a categoria profissional junto à luta da classe trabalhadora. O segundo ponto trata do projeto conservador da burguesia, sob a égide do capital financeiro, que se consolida e ganha força no Brasil a partir da adesão de duas importantes instituições contemporâneas, sobretudo, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, do PT e da CUT<sup>3</sup>.

A prática profissional aliada à classe trabalhadora tem como seu marco histórico o Movimento de Reconceituação Latino-Americano<sup>4</sup>, uma vez que tal

---

<sup>2</sup> O Projeto Ético-Político do Serviço Social está ancorado em três instrumentos essenciais: o Código de Ética da Profissão, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e a lei que regulamenta a profissão com a sustentação das principais instituições de organização acadêmico-profissional dos assistentes sociais que são: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social e a Entidade Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). (CARDOSO; LOPES, 2010, p. 03).

<sup>3</sup> “O destaque aqui se faz necessário porque essas duas instituições de organização da classe trabalhadora no Brasil se constituíram sobre a mesma base histórica do movimento da sociedade a partir da qual a tendência do trabalho do assistente social nas organizações dessa classe é fundada na profissão, estabelecendo uma relação de influência com as duas instituições citadas. (ABRAMIDES; CABRAL, 1995 apud CARDOSO; LOPES, 2010, p. 03-04).

<sup>4</sup> O movimento de Reconceituação conhecido também como Reconceitualização do Serviço Social surge paulatinamente em toda a América Latina em 1930 até a segunda metade de 1960, nos países com desigualdades sociais. Foi criado para dar resposta aos questionamentos da sociedade ao serviço social tradicional, e para atendimento das reais necessidades da América latina, em confronto com governos imperialistas e capitalistas. Ao fazerem questionamentos sobre a dominação, os profissionais começaram a questionar também sua prática profissional. O movimento na América Latina influenciou o Brasil, mas este movimento em nosso país foi diferente, considerando a organização da categoria que buscou a

processo criticou a forma tradicional com que o Serviço Social lidava com a classe trabalhadora e como a categoria reproduzia as condições de existência dessa classe através de práticas mercadas pelo assistencialismo, pela filantropia e pelas relações de ajustamento as condições e interesses dominantes na sociedade burguesa, na sociedade do capital (ABREU, 2000 apud CARDOSO; LOPES, 2010).

As primeiras influências do marxismo no Serviço Social – “adoçadas” pela autocracia burguesa e pela sua expressão política no regime militar brasileiro de 1964 (NETTO, 1992) –, vão adquirir maior visibilidade durante o processo de abertura democrática “lenta e gradual” a partir da segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX. Além da pobreza teórica, também subsidiada pelo clima político repressivo da época, é preciso salientar os inúmeros ruídos advindos de um “marxismo sem Marx”, de forte caráter pragmático e reproduzido em manuais populares e partidários.

A intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional teve como marco principal a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, responsável pela formulação do Método Belo Horizonte, mais conhecido como método BH. É neste espaço que a perspectiva renovadora da profissão se destacou originalmente no Brasil. Foi, portanto, na década de 1980, segundo, Netto (1996, p. 87), que se consolidou no plano ídeo-político a ruptura com o histórico conservador do Serviço Social. Entenda-se, contudo, que “[...] essa ruptura não significa que o conservadorismo fora superado no interior da categoria profissional [...]”.

Esse movimento propiciou, contudo, posicionamentos ideológicos e políticos que continham uma natureza crítica e/ou contestadora em relação à ordem burguesa, conquistando, assim, legitimidade para se expressarem abertamente. A significação dessa conquista não pode ser negada numa categoria profissional em que a doutrina católica imprimiu, originariamente, uma refinada e duradoura intolerância. Surgiu, então, no interior da categoria profissional, um segmento diretamente vinculado à pesquisa e à produção de

---

fundamentação para a sua metodologia, teoria, técnica e operacionalização, também em função da realidade social com produção mais alargada e mais crítica das desigualdades sociais (PIRES, 2012).

conhecimentos, constituindo-se uma intelectualidade no Serviço Social do Brasil.

Nesse contexto, o tripé que sustenta a teoria marxiana foi simplificado por esquemas de manuais: a dialética materialista é compreendida como um jogo mecânico e formal entre a tese, a antítese e a síntese e a categoria da totalidade esvaziada por um tipo de epistemologismo e de formalismo metodológico; Determinada pela conjuntura de crise da ditadura militar, a emergência da “intenção de ruptura” (NETTO, 1996) pretendeu refundar as bases de legitimidade do Serviço Social, buscando-as junto aos movimentos sociais e à “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1997) sujeitos potencialmente questionadores da ordem capitalista e sua expressão ditatorial.

Sem deixar de ser importante naquele momento, esta radicalidade no posicionamento político provocada pela apropriação apenas ideológica do marxismo mistificou alguns aspectos da profissão devido à falta de clareza relativa a pontos essenciais do marxismo ausentes (ou praticamente ausentes) das formulações às quais tivemos acesso.

É interessante notar que esse processo não rompeu radicalmente com a herança conservadora, de cunho positivista e irracionalista, predominante, historicamente, no Serviço Social, o que vai se constituir num dos fatores explicativos da aproximação tardia da profissão ao debate do marxismo.

Quanto ao segundo momento do referido processo de aproximações entre Serviço Social e tradição marxista, o mesmo localiza-se ao longo da década de 1980 e expressa, predominantemente, uma apropriação epistemológica. Tal assertiva pretende apontar para o fato de que apesar de iniciarmos nesta década o debate com as fontes marxianas clássicas e marxistas de maior densidade analítica – com destaque para o italiano Antônio Gramsci – a tônica da leitura para os segmentos de vanguarda da categoria ainda esteve marcadamente influenciada pela epistemologia. Disto resulta que a teoria social de Marx tenha recebido com a apropriação epistemológica o estatuto de “paradigma”.

A primeira publicação no âmbito do Serviço Social mais diretamente fundamentado nas contribuições marxianas desponta na primeira metade dos anos 80 do século XX. Trata-se da obra “Relações Sociais e Serviço Social no

Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de 1982, de autoria da assistente social e professora Marilda Vilela Iamamoto, em parceria com Raul de Carvalho. A grande contribuição desta importante obra está na releitura acerca da origem e da institucionalização do Serviço Social no Brasil.

A terceira fase de apropriação do marxismo pelo Serviço Social brasileiro se inicia na década de 1990 e ficou conhecida como a apropriação ontológica (SANTOS, 2012). Essa fase foi marcada pela importância da obra de Lukács “Para uma ontologia do ser social” em que o autor propõe realizar a reconsideração das principais categorias da ontologia clássica sob o crivo das determinações ontológicas mais fundamentais identificadas no pensamento marxiano.

Este reexame das categorias clássicas da ontologia se põe como tarefa necessária uma vez que, em Marx, pode ser identificada uma fecunda inflexão com toda a trajetória do pensamento filosófico. Esta ruptura transparece na determinação do ser e da objetividade que assumem na obra marxiana uma aceção profundamente inovadora frente aos rumos da tradição filosófica, em particular daquelas estabelecidas pelo idealismo alemão.

O aprofundamento teórico-crítico da formação profissional despertou para a possibilidade de vinculação do Serviço Social à classe trabalhadora, mediada pelos interesses e necessidades dessa e orientada pela perspectiva histórica de sua emancipação, bem como a emancipação de toda a humanidade (CARDOSO; LOPES, 2010). Tratava-se, pois, de um projeto profissional inovador e desafiador para os assistentes sociais. No entanto, a idealização de tal projeto só foi possível graças ao contexto econômico e político que se apresentava favorável, posto que se vivenciasse o momento de ascensão das lutas sociais populares, em especial, da organização e luta dos trabalhadores no Brasil. São nesses moldes que se cria a CUT e que o PT ganha força nos grandes centros urbanos e, posteriormente, alcança a zona rural.

Nesse momento, os assistentes sociais, além de avançarem em sua própria organização como categoria profissional, rumo à organização sindical, encontraram um terreno fértil para se desenvolverem no trabalho profissional, portanto, como assalariados, nas organizações da classe trabalhadora; um

trabalho realizado, fundamentalmente, a partir de instituições (tradicionais) empregadoras de assistentes sociais abertas a essa tendência da prática profissional e com base na articulação com os movimentos sociais populares da classe trabalhadora, incentivando os processos organizativos e apoiando as suas lutas e reivindicações; mas, também, em instituições de organização autônoma da classe trabalhadora, como os sindicatos, por exemplo

Todavia, enquanto no Brasil o período era de efervescência dos movimentos sociais, o mundo assistia a implantação da política neoliberal que só veio alcançar o país a partir da década de 1990. O projeto neoliberal se constituiu como um dos obstáculos ao avanço dos movimentos na perspectiva de emancipação em todo mundo, pois, a reestruturação no modo de produção, nas relações de trabalho e a própria introdução da ideologia neoliberal, acabara por desarticular os fundamentos do movimento operário, fazendo com que haja uma regressão dos direitos conquistados, com muita luta ao longo da história, pela classe trabalhadora

Conforme Cardoso e Lopes (2010) o projeto conservador burguês no Brasil derrotou a luta social por uma alternativa emancipatória para a classe trabalhadora e para a humanidade. Entretanto, esse projeto encontrou um Serviço Social hegemônico, guiado pelo pensamento Marxista em sua orientação acadêmico-profissional e em pleno processo de maturidade intelectual e política.

A década de 1990 marca a explosão das ONGs no Brasil e de um grande processo de reestruturação produtiva do capital promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso, com a introdução da ideologia neoliberal através da implantação do Plano Diretor de Reforma do Estado, que incidiu fortemente nas relações de trabalho e nas organizações da classe trabalhadora. Esse contexto é um elemento relevante no que diz respeito às condições objetivas do trabalho dos assistentes sociais nessas organizações, tendo como um dos maiores desafios postos a categoria a questão de trabalhar a assistência (reafirmada como um espaço privilegiado da prática profissional dos assistentes sociais) numa perspectiva de direito.

O trabalho dos assistentes sociais entre as décadas de 1970 e 1980 se constituía como a prática voltada para a mobilização e organização da classe

trabalhadora como uma tentativa da emancipação humana. Porém, em forte presença da ofensiva neoliberal, a partir dos anos 1990, os avanços do trabalho dos assistentes sociais, advindos de conquistas das décadas anteriores, não conseguiram se firmar. Assim, se apresenta à prática do assistente social um caráter contraditório em face da ideologia neoliberal, cuja atuação faz parte de um processo permeado por determinações históricas da sociedade e pelas contradições inerentes dessa, como nos mostra Cardoso e Lopes (2010, p. 10-11)

a luta da classe trabalhadora norteada pelos ideais emancipatórios da sociedade que repõem a participação como estratégia da politização das relações sociais e de intervenção crítica dessa classe no movimento histórico, nos espaços da produção e reprodução social; isto é, como principal eixo do processo concreto de construção da classe como força antagônica à ordem do capital

Conforme Cardoso e Lopes (2010), na atual conjuntura, o trabalho desenvolvido pelo assistente social tende a assumir duas perspectivas teóricas e político-ideológicas que atravessam projetos societários divergentes: a primeira na perspectiva da superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista da emancipação humana, perpassando pelo fortalecimento dos processos emancipatórios das classes subalternas; e o segundo, numa perspectiva de manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a subalternização da classe trabalhadora, enquanto segmento das classes subalternas.

Assim, a atuação profissional do assistente se desenvolve em duas dimensões sendo realizado em espaços ocupacionais nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora como empregadora desses profissionais, bem como junto a essas instituições e no movimento de organização da classe trabalhadora, a partir de outras instituições da prática profissional, com as quais mantém o vínculo como trabalhador assalariado. Desta forma, o trabalho do assistente social se molda conforme a conjuntura apresentada, uma vez que as demandas postas a esses profissionais também variam de acordo com o contexto vigente (CARDOSO; LOPES, 2010).

#### 4 A APROXIMAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO A PARTIR DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE

Neste tópico trazemos a contextualização da pesquisa bibliográfica junto ao acervo da Revista Serviço Social e Sociedade e apresentamos a análise dos resultados obtidos.

##### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa se deu por meio do mapeamento de todas as edições das revistas de Serviço Social e Sociedade que tem um total de 112 revistas, em que sua primeira edição foi no ano de 1979. Realizada a pesquisa pode se levantar um dado, que desde a primeira edição até a edição 112 foram publicados cerca trinta e três artigos que abordam a questão dos movimentos sociais. Tendo em vista este total de artigos publicados, realizou-se uma pesquisa mais aprofundada com seis artigos, sendo dois da década de 1980 e da de 1990, um da década de 2000 e um da década de 2010.

O quadro abaixo traz um panorama dos artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade que apontam uma aproximação com a discussão dos movimentos sociais.

Quadro 1 – Lista dos artigos identificados

Edições da Revista	Título dos artigos
5	* O Serviço Social e os Movimentos Sociais – uma experiência de trabalho em loteamentos clandestinos * Movimentos sociais: a decodificação de um conceito
8	*O Serviço Social e os Movimentos Sociais- análise de uma prática. *Considerações a respeito da prática do Serviço Social em Movimentos Sociais, fragmentos de uma experiência. *Estratégias de sobrevivência e participação popular. *Movimentos Sociais Urbanos e o Serviço Social.
9	* A participação e o pôr-se em movimento.
11	* Estado e Movimentos populares: a saúde posta em questão.
12	* As primeiras lutas... as primeiras organizações.
13	* Para a análise dos movimentos sociais.
16	* Histórico do Movimento de Saúde na zona leste de São Paulo (Comissão do Movimento).
17	*Movimentos Populares urbanos e democracia. *As Classes subalternas e suas lutas.



18	* O trabalhador no contexto dos Movimentos Sociais.
19	* Experiência de trabalho em loteamentos clandestinos.
20	* Dominação e Movimentos de Liberação na América Central. * Movimentos Sociais, participação popular e educação.
36	* Movimentos Sociais: unidade na diversidade.
44	* Para a Crítica do Paradigma dos Movimentos Sociais Urbanos. * Desenvolvimento de Comunidade e Movimentos Sociais. * O novo associativismo e o terceiro setor
58	* O Caráter Pedagógico dos Movimentos Sociais.
59	* Das “Lógicas do Estado” as “Lógicas da Sociedade civil”: Estado e “Terceiro Setor” em questão.
60	* Espaço, políticas e estratégia de sobrevivência dos sem teto. * A instituição sindical é necessária hoje? * Comunidade Solidária: contradições e debilidades.
91	* Terceiro Setor no Serviço Social brasileiro: aproximações do debate.
100	* Fórum Social Mundial: Movimento de Movimentos
102	* Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador: * inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social.
109	* Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren; * Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica.

Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica, 2012.

Dessa forma, identificamos que a maioria dos artigos que tratam sobre movimentos sociais foi escrita na década de 1980, um total de 17 artigos. Seguida da década de 1990 com 10 artigos, quatro na década de 2000 e dois na década de 2010.

Na década de 1980 as publicações tratavam sobre as lutas sociais, as formas de organizações dos movimentos sociais, devido ao período da época em que o serviço social passava pelo Movimento de Reconceituação e as ebulições que estavam ocorrendo no país, foi um período rico em termos de politização em que pudemos ver ascender vários movimentos, como o Movimento Estudantil por exemplo.

Vale ressaltar que nas primeiras publicações da Revista Serviço Social e Sociedade buscava-se mostrar os relatos de práticas relacionadas com os movimentos sociais, porém a maioria dos artigos não faz a relação dos Movimentos Sociais com o serviço social, apesar de trazer uma caracterização e uma conceituação acerca dos movimentos sociais.

No que tange às publicações da Revista Serviço Social e Sociedade na década de 1990, estas apontam para discussões mais voltadas para as ONGs e o terceiro setor, pois o período demarcava outra roupagem dos movimentos

sociais. Nesse sentido, as ONGs, como expressão do setor terciário, ganhavam evidência na referida década, sendo instituições entendidas como “independentes” do governo, de caráter público comunitário não-estatal, que possuem como denominador comum a razão social de fins não lucrativos. Na atualidade, seu campo de atuação tem sido o do assistencialismo, o do desenvolvimentismo e, por fim, o campo da cidadania.

Na década de 2000, identificamos seis artigos que versam acerca dos movimentos sociais e suas transformações, por exemplo, os movimentos sociais mais direcionados a classes específicas. Podemos observar, também, publicações relacionadas com as debilidades dos movimentos sociais conforme aparece no artigo “Comunidade Solidária: contradições e debilidades” (SILVA, 1999).

#### 4.2 A APROXIMAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE

Diante da pesquisa realizada identificou-se que das 112 edições da Revista de Serviço Social e Sociedade aparecem apenas 33 (trinta e três) artigos que traz a discussão dos movimentos sociais. Observa-se que a maior parte desses artigos foi publicada nas revistas de n. 5 até a n. 20, um total de 16 artigos. Atenta-se ainda para o fato de algumas publicações mais recentes como na revista de n. 102 e n. 112 (a mais recente publicação).

Evidencia-se que os primeiros artigos publicados, foram em um período demarcado pela efervescência dos movimentos no país. Pois se vivenciava uma época de repressão dos direitos, ditadura militar e na sociedade se buscava a transformação da ordem estabelecida na sociedade.

##### 4.2.1 Apresentando e análise dos artigos

No momento da pesquisa se definiu uma amostra de seis artigos, sendo que se priorizou trabalhar com dois artigos da década de 1980, dois da década de 1990, um da década de 2000 e um da década de 2010, conforme detalhamos no quadro que se segue.

Quadro 2 – artigos analisados

<b>Artigo</b>	<b>N. da revista</b>	<b>Ano</b>
Movimentos sociais: a decodificação de um conceito	6	1985
As Classes Subalternas e suas lutas	17	1986
O novo associativismo e o terceiro setor	44	1998
A instituição sindicato é necessária hoje?	60	1999
Fórum Social Mundial: movimento de movimentos	100	2001
Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren.	109	2012

Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica, 2012.

De acordos com os resultados pode-se inferir que os artigos da década de 1980, mais precisamente de 1985 e 1986, apesar de tratarem especificamente de movimentos sociais (“Movimentos sociais: a decodificação de um conceito” e “classes subalternas e suas lutas”) não trouxeram a relação direta com o serviço social. Para Lima (1986, p 89), autor do artigo “Movimentos sociais: a decodificação de um conceito”

Movimento Social é a ação coletiva de um setor da sociedade dividida em classes que, partindo das reivindicações e interesses de seu meio social, questiona o sistema social que ocasiona suas desvantagens, coloca em jogo suas energias adotando formas organizadas, táticas e estratégicas e perfila um sistema de idéias que racionaliza seu proceder dando lugar.

O autor acima citado não abordou a aproximação do serviço social com os movimentos sociais, porém coloca a importância do assistente social estar atento ao desenvolvimento teórico do espaço profissional.

Já os artigos referentes à década de 1990 tratam de questões mais específicas como o terceiro setor (o Novo associativismo e o terceiro setor) da autora Maria da Gloria Gohn (1998) e a “instituição sindicato é necessária hoje?” de Maria Angela Serpa (1999).

Para Gohn (1998, p. 137) “os Movimentos sociais são essenciais para a consolidação do processo democrático das estruturas locais mas também para garantir a própria existência deste processo no plano mais geral da nação”.

A autora não aborda especificamente a aproximação com o serviço social, sua análise é realizada atentando para as mudanças econômicas e tecnológicas dos tempos neoliberais globalizados. Vale ressaltar que a referida autora não é da área do Serviço Social e sim da sociologia.

Na década de 2000 ficaram, ainda, mais nítidas as fragilidades e transformações no interior dos movimentos sociais, como evidenciado no artigo intitulado “Fórum Social Mundial: movimento de movimentos”, publicado em 2001, que tem como autores Beatriz Augusto de Paiva, Berenice Roza Couto e Luziete Maria Stapajos, que se posicionam contra a barbárie neoliberal concebida para e pelo poder da acumulação do capital. Tais movimentos debateram em torno das principais frentes de luta e de trabalho em que os profissionais de Serviço Social se encontram.

Nesse sentido, o artigo “mostra as ideias, os debates e experiências fecundadas no I Fórum Social Mundial, sobretudo, as conectadas ao Serviço Social” (PAIVA; COUTO; STAPAJOS, 2001, p. 147). No entanto, o mesmo não aborda uma concepção de Movimento Social apesar de estar dentro da temática. Ainda, relata o cenário de debates, oficinas, depoimentos que marcaram o I Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre (RS) em 2001.

O artigo intitulado “Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren”, publicado na década de 2010, mais precisamente, na edição 109 da Revista Serviço Social e Sociedade no corrente ano, se baseia nos sujeitos coletivos e políticos que lutam por transformações sociais “pela construção de novos projetos societários, democráticos e participativos, que tem por fundamentos as categorias de classes sociais, relações de gênero, raça, etnia e geração”, (SILVA et al, 2012, p. 145) mostrando um pouco das atuais configurações dos movimentos sociais, como estes vem se apresentando de maneira fragilidade e divididos em classes específicas, em que cada um luta pelo seus interesses de forma individual.

Fica perceptível que apesar dos artigos publicados no periódico analisado não apresentarem uma relação explícita entre os movimentos sociais e o Serviço Social deixam uma contribuição considerável para a categoria dos assistentes sociais, pois, trazem à tona a discussão das lutas sociais, das formas de organização da sociedade e das inúmeras formas de resistências às armadilhas do grande capital.

No entanto, vale ressaltar que apenas o artigo na Revista Serviço Social e Sociedade publicado em 2001 aponta a relação entre serviço social e movimentos sociais, mostrando a fragilidade da atual conjuntura dos movimentos sociais que vem sofrendo diretamente os rebatimentos do sistema capitalista, dando enfoque ao terceiro setor que na atualidade vem se destacando, pois a dinâmica de reordenamento capitalista impõe estratégias de consenso que consolidam as modificações sócio-históricas de interesse do capital pós-1970.

Tais modificações redefinem um padrão de respostas às expressões da questão social que interfere no acesso aos direitos e ratifica a intervenção do terceiro setor e das ONGs no campo social. O discurso ideológico que fundamenta tais alterações aponta para o incentivo à participação da sociedade civil e para a “crise” do Estado.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para compreendermos as potencialidades atuais da relação do Serviço Social com os movimentos sociais, devemos buscar na história recente indicações de como a mesma foi processada nos debates profissionais das décadas passadas. Constata-se que a temática – inicialmente tratada de forma teoricamente imprecisa e subestimando as condições objetivas que determinam o exercício profissional mas adquirindo uma maior maturidade teórico-política nas décadas subsequentes – se recoloca como uma possibilidade de redimensionamento ético-político, teórico-metodológico e interventivo da profissão.

Porém, na década de 1990 observa-se um gradual decréscimo das experiências de trabalho e das produções que buscam qualificar o significado sócio-profissional dessa relação, acompanhando uma tendência que aponta o seu próprio refluxo, à luz das profundas transformações na dinâmica do capitalismo, na estruturação da luta de classes, na identidade de luta dos grupos subalternos, no Estado e nas políticas sociais

De acordo com a pesquisa realizada foi possível identificar nas edições da Revista Serviço Social e Sociedade os artigos que tratavam de movimentos sociais foram publicados nas primeiras edições que datam da década de 1980, fato este que coincide com a efervescência dos movimentos sociais, quando se vivenciava um período de luta e contestação a ordem estabelecida.

Na década de 1990, com o fenômeno das ONGs, a referida revista traz alguns artigos que falam sobre o terceiro setor, o cooperativismo, comunidade solidária e as novas configurações que os movimentos sociais vem tomando com as transformações ocorridas no mundo do trabalho que por conseguinte interferem diretamente na estruturação dos movimentos sociais.

Vale ressaltar que os artigos que tratam de movimentos sociais a maioria deles não relaciona com o serviço social, não mostra a importância dos mesmos na formação do assistente social, pois quando trata do tema fala isoladamente, o que mostra um pouco do enfraquecimento que os movimentos sociais vêm enfrentando e se confrontando com o próprio sistema capitalista.

Contudo, é importante lembrar que os movimentos sociais possuem um papel fundamental, pois, os traços de luta e resistência que os sujeitos acionam no enfrentamento da questão social abrem novos horizontes para o exercício profissional – tensionam as correlações de força institucionais; colocam novas requisições que desafiam os clássicos procedimentos de intervenção; questionam as rotinas que reproduzem relações clientelistas orientadas à passivização dos sujeitos coletivos –, assim como trazem conhecimentos e competências que enriquecem o perfil profissional.

Dessa forma, o trabalho profissional articulado aos movimentos sociais deve assumir o desafio da incorporação, na nossa formação universitária e nos diversos âmbitos de atuação profissional, das demandas e reivindicações das

classes subalternas nos seus processos de organização, significando a possibilidade de criação de novos espaços de intervenção.

## REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. Movimentos Sociais: unidade na diversidade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 31, São Paulo: Cortez, 1991.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.

ABRANTES, Mônica. **Colegiado Escolar:** espaço de participação da comunidade. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção questões da nossa época; 102)

AVRITZER, Leonardo (org.). **Sociedade Civil e democratização.** Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BOUDON, Raymond. Movimentos Sociais. In: **Tratado de Sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: **Direitos e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania:** a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo, 3. Ed. Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. O novo associativismo e o terceiro setor. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 44, São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/manifestocomunista.html>. Acesso em: 15/nov/2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PAIVA, Beatriz Augusto de; COUTO, Berenice Roza; STAPAJOS, Luziete Maria. Fórum Social Mundial: movimento de movimentos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 100, São Paulo: Cortez, 2001.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie et al. Pesquisa documental: pistas teóricas metodológicas. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I - Número I - Julho de 2009.

SANTOS, Joseane Soares. **Apropriações da tradição marxista no serviço social**. Disponível em:  
<http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/Cadernos42.PDF>. Acesso em: 02/dez/2012.

SERPA, Maria Ângela. A instituição sindicato é necessária hoje? In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 60, São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da, et al. Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warrer. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 109, São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, M. O, et al. Comunidade Solidária: contradições e debilidades”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 60, São Paulo: Cortez, 1999.